



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MUNICÍPIO DE COTIPORÃ

A Joia da Serra Gaúcha!

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS REFERENTE À PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE COTIPORÃ/RS** E A EMPRESA **SUPERMERCADO MF SCUSSEL LTDA**, NOS TERMOS E CONDIÇÕES A SEGUIR ESTABELECIDOS.

O **MUNICÍPIO DE COTIPORÃ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 90.898.487/0001-64, estabelecida na Rua Silveira Martins, nº 163, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. JOSÉ CARLOS BRENDA, residente e domiciliado em Cotiporã/RS, doravante denominado ADMINISTRAÇÃO e a empresa **SUPERMERCADO MF SCUSSEL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 04.365.216/0001-01, estabelecida na Rua Jose Della Pascoa, nº 59, Bairro Centro, na cidade de Cotiporã, neste ato representada pela Sra. Maria Tereza Tura Scussel, brasileira, casada, empresária, inscrita no CPF sob o nº 392.712.260-20, carteira de identidade nº 1027103819 expedida pela SJS/RS, doravante denominada COMPROMITENTE FORNECEDORA, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do Pregão Presencial nº 011/2026, que foi constituída através do Protocolo Administrativo nº 342/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. A presente ATA objetiva o **REGISTRO DE PREÇOS** de Gêneros Alimentícios – Lanches que serão utilizados nas atividades de diversos setores da Administração Municipal, conforme estabelecido no edital e seus anexos;
- 1.2. As quantidades possíveis de serem adquiridas são as compreendidas entre aquelas informadas como estimadas, conforme planilha abaixo;
- 1.3. Os quantitativos indicados no **ANEXO I** do edital são meramente estimativos, não acarretando qualquer obrigação quanto a sua aquisição por parte desta municipalidade;
- 1.4. As quantidades que vierem a ser adquiridas serão definidas em “Nota de Empenho”, que será válida como contrato entre a Administração e a Compromitente Fornecedora que deverão cumprir todas as obrigações estabelecidas no edital e seus anexos;
- 1.5. A existência de preços registrados não obriga o Município a firmar aquisição, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições;
- 1.6. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência do presente Registro de Preços;
- 1.7. Este Registro de Preços poderá ser usado somente Município de Cotiporã/RS;
- 1.8. Os lanches deverão ser entregues conforme solicitação da municipalidade, quando houver necessidade, devendo estar dentro da validade prevista para cada produto;
- 1.9. Os itens que não atenderem as condições descritas, não serão aceitos e será efetuada a devolução sem ônus para o Município;
- 1.10. Todos os atos referentes a presente ATA serão processados nas condições estabelecidas no Edital do Pregão Presencial nº 011/2026 e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 2.1. Os preços registrados nesta ATA constam na ata de abertura e das propostas das empresas participantes do Pregão Presencial nº 011/2026, e seus anexos que integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do Registro Preços;
- 2.2. Relação de produtos e valores da Fornecedora:

LOTE 01 – PRODUTOS PARA COFFEE BREAK E LANCHES						
ITEM	QTD. ATÉ	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR – R\$	
					UNIT.	TOTAL
01	20	KG	Abacate, in natura, fresca, próprias para consumo humano. Devem apresentar boa qualidade, estar íntegras, maduras,	PICETTI	7,99	159,80



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MUNICÍPIO DE COTIPORÁ

A Joia da Serra Gaúcha!

			limpas, firmes, isentas de sujidades, insetos, partes deterioradas ou sinais de má conservação. Acondicionado e transportado de forma apropriada, em conformidade com as normas sanitárias vigentes.			
02	50	UN	Abacaxi, in natura, fresca, próprias para consumo humano. Devem apresentar boa qualidade, estar íntegras, maduras, limpas, firmes, isentas de sujidades, insetos, partes deterioradas ou sinais de má conservação. Acondicionado e transportado de forma apropriada, em conformidade com as normas sanitárias vigentes.	PICETTI	11,56	578,00
03	150	UN	Água com gás 1,5l.	CRISTAL	3,89	583,50
04	300	UN	Água com gás 500ml.	CRISTAL	1,84	552,00
05	150	UN	Água sem gás 1,5l.	CRISTAL	4,14	621,00
06	300	UN	Água sem gás 500ml.	CRISTAL	1,83	549,00
07	30	UN	Azeitona sem caroço, em conserva, embalagem de 230g.	LEBON	9,67	290,10
08	60	KG	Banana, in natura, fresca, próprias para consumo humano. Devem apresentar boa qualidade, estar íntegras, maduras, limpas, firmes, isentas de sujidades, insetos, partes deterioradas ou sinais de má conservação. Acondicionado e transportado de forma apropriada, em conformidade com as normas sanitárias vigentes.	PICETTI	5,20	312,00
10	50	KG	Batata Doce: de ótima qualidade, de cor branca, amarela ou roxa, sem lesões de origem física ou mecânica, ser entregue assada (preço por kg).	PICETTI	6,24	312,00
11	25	KG	Bergamota, in natura, fresca, próprias para consumo humano. Devem apresentar boa qualidade, estar íntegras, maduras, limpas, firmes, isentas de sujidades, insetos, partes deterioradas ou sinais de má conservação. Acondicionado e transportado de forma apropriada, em conformidade com as normas sanitárias vigentes.	PICETTI	9,60	240,00
12	50	UN	Biscoito amanteigado acondicionado em embalagem original do fabricante, fechada e íntegra. Pacote 300g. Deverão estar com boa crocância e não quebradiços.	ORQUÍDEA	11,12	556,00
13	50	UN	Biscoito de maisena acondicionado em embalagem original do fabricante, fechada e íntegra. Pacote 300g. Deverão estar com boa crocância e não quebradiços.	ORQUÍDEA	10,47	523,50
14	50	UN	Biscoito de milho, acondicionado em embalagem original do fabricante, fechada e íntegra. Pacote 300g. Deverão estar com boa crocância e não quebradiços.	ORQUÍDEA	10,47	523,50
15	50	UN	Biscoito tipo cookie, podendo ser amanteigado com gotas de chocolate ou integral com cacau e aveia. Pacote de 300g. Deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, não devem estar mal-assados ou com caracteres organolépticos anormais. Deverão estar com boa crocância e não quebradiços.	ORQUÍDEA	11,11	555,50
16	30	UN	Bolacha de Arroz: Embalagem de 95g, cor branca, crocante e seca, no formato redondo. Rótulo com informação nutricional, lote, data de fabricação e prazo de validade. Produto com no mínimo 30 dias de validade a partir do momento da entrega.	ORQUÍDEA	11,70	351,00
28	40	UN	Creme de Ricota Light: cor branca, cremosa, teor reduzido de gordura, fácil de espalhar, embalagem de 200g. Rótulo com informação nutricional, lote, data de fabricação e prazo	SANTA CLARA	9,49	379,60



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MUNICÍPIO DE COTIPORÃ

A Joia da Serra Gaúcha!

			de validade. Produto com no mínimo 30 dias de validade a partir do momento da entrega.			
36	30	UN	Granola sem açúcar: Composta por cereais integrais, oleaginosas, sementes e frutas secas, preparada sem adição de açúcar refinado ou adoçantes artificiais. Embalagem de 250g isenta de odores, parasitas, larvas e outros materiais estranhos, com validade mínima de 6 meses a partir da entrega.	JASMINE	14,11	423,30
39	60	UN	logurte de Frutas Integral: (nos sabores: Morango, Ameixa, Coco e Pêssego): leite pasteurizado, padronizado e ou/ leite reconstituído, açúcar, contendo cultura microbiana, e polpa de fruta, em embalagem de 1 litro, contendo informações nutricionais, data de fabricação e prazo de validade.	NESTLÉ	10,30	618,00
40	150	UN	logurte natural: contendo leite parcialmente desnatado e/ou leite parcialmente desnatado reconstituído, leite em pó desnatado e fermento lácteo, embalagem de 170 g, entregue refrigerado, inspecionado, rotulado, com informação do fabricante, lote, data de fabricação e validade mínima de 30 dias a partir da data de entrega	NESTLÉ	5,97	895,50
41	25	KG	Laranja, in natura, fresca, próprias para consumo humano. Devem apresentar boa qualidade, estar íntegras, maduras, limpas, firmes, isentas de sujidades, insetos, partes deterioradas ou sinais de má conservação. Acondicionado e transportado de forma apropriada, em conformidade com as normas sanitárias vigentes.	PICETTI	8,13	203,25
42	60	KG	Maçã, in natura, fresca, próprias para consumo humano. Devem apresentar boa qualidade, estar íntegras, maduras, limpas, firmes, isentas de sujidades, insetos, partes deterioradas ou sinais de má conservação. Acondicionado e transportado de forma apropriada, em conformidade com as normas sanitárias vigentes.	PICETTI	13,26	795,60
43	20	KG	Mamão, in natura, fresca, próprias para consumo humano. Devem apresentar boa qualidade, estar íntegras, maduras, limpas, firmes, isentas de sujidades, insetos, partes deterioradas ou sinais de má conservação. Acondicionado e transportado de forma apropriada, em conformidade com as normas sanitárias vigentes.	PICETTI	12,60	252,00
46	20	KG	Melão, in natura, fresca, próprias para consumo humano. Devem apresentar boa qualidade, estar íntegras, maduras, limpas, firmes, isentas de sujidades, insetos, partes deterioradas ou sinais de má conservação. Acondicionado e transportado de forma apropriada, em conformidade com as normas sanitárias vigentes.	PICETTI	12,46	249,20
66	40	UN	Patê, embalagem de 170g, sabor a definir no momento da solicitação, acondicionado e armazenado conforme orientação do fabricante, atendendo às normas sanitárias, de inspeção e de rotulagem vigentes.	LEBON	7,59	303,60
67	30	UN	Pepino em vidro, em conserva, peso líquido 500g.	FACHIN	13,71	411,30
68	20	KG	Pêssego, in natura, fresca, próprias para consumo humano. Devem apresentar boa qualidade, estar íntegras, maduras, limpas, firmes, isentas de sujidades, insetos, partes deterioradas ou sinais de má conservação. Acondicionado e transportado de forma apropriada, em conformidade com as normas sanitárias vigentes.	PICETTI	14,79	295,80



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MUNICÍPIO DE COTIPORÃ

A Joia da Serra Gaúcha!

70	150	UN	Queijo fatiado, pacote de 150g, acondicionado e armazenado conforme orientação do fabricante, atendendo às normas sanitárias, de inspeção e de rotulagem vigentes.	SANTA CLARA	9,15	1.372,50
71	20	KG	Queijo tipo colonial, em forma de aproximadamente 1kg, redondo ou quadrado. Deve estar íntegro, sem rachaduras excessivas, bolores indesejáveis ou sinais de deterioração, acondicionado e armazenado conforme orientação do fabricante, atendendo às normas sanitárias, de inspeção e de rotulagem vigentes.	SÃO LUIZ	66,75	1.335,00
78	200	UN	Suco de néctar, embalagem de 01 litro, tetra pak, elaborada à base de polpa ou suco de frutas, sabores a definir no momento da solicitação.	MONTE VÊNETO	10,12	2.024,00
79	150	UN	Suco de uva integral 1 litro, embalagem de vidro, prazo de validade mínima de 06 meses a partir da data de fabricação.	MONTE VÊNETO	19,23	2.884,50
80	250	UN	Suco integral, embalagem de 01 litro, prazo de validade mínima de 06 meses a partir da data de fabricação. Sabores a definir no momento da solicitação.	MONTE VÊNETO	15,40	3.850,00
81	10	KG	Tomate cereja, in natura, fresca, próprias para consumo humano. Devem apresentar boa qualidade, estar íntegras, maduras, limpas, firmes, isentas de sujidades, insetos, partes deterioradas ou sinais de má conservação. Acondicionado e transportado de forma apropriada, em conformidade com as normas sanitárias vigentes.	PICETTI	47,50	475,00
LOTE 02 – PRODUTOS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA						
85	1000	UN	Bala de Goma Tubo Sortido pacote de 8g cada. Acondicionado em embalagem original do fabricante, fechada e íntegra.	GUMMIE	1,40	1.400,00
86	20	UN	Barra de Chocolate ao Leite 1kg. Acondicionado em embalagem original do fabricante, fechada e íntegra.	DIVINE	73,97	1.479,40
87	20	UN	Barra de Chocolate Branco 1kg. Acondicionado em embalagem original do fabricante, fechada e íntegra.	DIVINE	72,30	1.446,00
88	20	UN	Barra de Chocolate Meio Amargo 1kg. Acondicionado em embalagem original do fabricante, fechada e íntegra.	DIVINE	68,97	1.379,40
89	50	UN	Milho de Pipoca. Pacote de 500g.	PERIN	5,19	259,50
90	30	UN	Paçoca de amendoim, peso individual de 14g, embalagem com 560g ou 40 unidades. Acondicionado em embalagem original do fabricante, fechada e íntegra.	DA COLONIA	22,46	673,80
91	60	PC T	Pacote de bombom de 1Kg. Acondicionado em embalagem original do fabricante, fechada e íntegra.	AMOR CARIOCA	60,60	3.636,00
94	10	UN	Pirulitos em pacote de 500g, acondicionado em embalagem original do fabricante, fechada e íntegra, contendo pirulitos embalados individualmente, com peso individual ou quantidade conforme padrão comercial. Sabor a definir no momento da solicitação.	CANDY	15,73	157,30
95	250	UN	Suco Integral 200ml. Embalagem Tetra Pak, 100% suco da fruta, integral, sem adição de açúcar, água, corantes e conservantes. Sabores a definir no momento da solicitação.	MONTE VÊNETO	3,50	875,00
VALOR TOTAL GLOBAL DE ATÉ R\$ 34.781,45						

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MUNICÍPIO DE COTIPORÃ

A Joia da Serra Gaúcha!

- 3.1. O pagamento será efetuado em até 10 dias úteis após a realização das entregas, tendo em conta a quantidade efetuada, mediante a apresentação de nota fiscal e a emissão de laudo pelo Setor solicitante. Somente será paga a quantidade efetivamente entregue;
- 3.2. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO, enquanto houver pendência na entrega do(s) item(ns), ou não se realizar a liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;
- 3.3. Para o caso de faturas incorretas, a Prefeitura Municipal de Cotiporã terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para devolução à licitante vencedora, passando a contar novo prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a entrega da nova NOTA FISCAL;
- 3.4. Não serão considerados para efeitos de correção, atrasos e outros fatos de responsabilidade da licitante vencedora que importem no prolongamento dos prazos previstos neste edital e oferecidos nas propostas;
- 3.5. Se for o caso, a Prefeitura Municipal de Cotiporã poderá proceder à retenção do INSS, ISS e IRPF, nos termos da legislação em vigor, devendo, para tanto, a licitante vencedora discriminar na NOTA FISCAL o valor correspondente aos referidos tributos;
- 3.6. Na hipótese de atraso no pagamento, os valores serão monetariamente corrigidos, a contar da data final do período de adimplemento até o dia do efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC/IBGE;
- 3.7. **Conforme instrução normativa NFB nº 2043, de 12 de agosto de 2021 e Ordem de Serviço nº 01/2022, do Município de Cotiporã, a nota fiscal deverá ser emitida e entregue ao setor responsável pela solicitação até o dia 25 de cada mês;**
- 3.8. As despesas decorrerão de dotação específica para cada aquisição;
- 3.9. Os valores a serem pagos serão depositados em conta bancária nº 0600393907, Agência 0193, Banco Banrisul.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

- 4.1. O prazo de vigência desta ATA é de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura, podendo ser prorrogado conforme determina a Lei Federal nº 14.133/2021;
- 4.2. Os valores registrados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, salvo nos casos previstos no artigo 124, Inciso II, alínea d;
- 4.3. Transcorrido o prazo de 12 (doze) meses, caso a administração opte pela prorrogação da vigência da ata de registro de preços, o valor registrado poderá ser reajustado, com base no índice INPC acumulado dos últimos 12 meses;
- 4.4. A ata de registro de preços não será objeto de reajuste, repactuação, revisão, ou supressão ou acréscimo quantitativo ou qualitativo, sem prejuízo da incidência desses institutos aos contratos dela decorrente, nos termos da Lei nº 14.133/2021, salvo no caso de prorrogação;
- 4.5. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do **Pregão Presencial nº 011/2026** que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORNECIMENTO

- 5.1. Os lanches deverão ser entregues conforme solicitação da municipalidade, quando houver necessidade;
- 5.2. A empresa vencedora deverá efetuar a entrega conforme necessidade do Município, no prazo de até 02 (duas) horas antes do evento informado pela secretaria solicitante, tendo recebido o devido empenho, nos locais indicados pela mesma;
- 5.3. Os produtos a serem adquiridos deverão atender às especificações técnicas exigidas, observando padrões mínimos de qualidade, boa procedência, higiene, segurança alimentar e conformidade com normas sanitárias e legais vigentes;
- 5.4. Os gêneros alimentícios deverão ser entregues conforme solicitação da municipalidade, quando houver necessidade, com antecedência de 02 (duas) horas antes dos eventos, nos locais determinados pelas secretarias solicitantes, devendo estar dentro da validade prevista para cada produto;
- 5.5. Os itens que não atenderem as condições descritas, não serão aceitos e será efetuada a devolução sem ônus para o Município.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MUNICÍPIO DE COTIPORÁ

A Joia da Serra Gaúcha!

6.1. Para aquisição do objeto desta contratação os recursos previstos correrão por conta das dotações previstas no orçamento do Município.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou depromitente contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades: Observado o disposto no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, poderão ser aplicadas as seguintes sanções à PROMITENTE FORNECEDORA:

- a) Advertência;
- b) Multa compensatória entre [0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento)] do valor do contrato/ata celebrado;
- c) Impedimento de licitar e contratar;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
- e) O procedimento, hipóteses de descumprimento e aplicação das sanções seguirá os preceitos estabelecidos na Lei n. 14.133/21;
- f) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;
- g) A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- h) O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, no percentual de 10% da obrigação não cumprida;
- i) A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no item 7.1. As sanções previstas nos itens a, c. e d poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no item b, nos termos do art. 156, § 7º, da Lei n. 14.133/2021;
- j) Não serão consideradas sanções e/ou penalidades os valores descontados em função do não cumprimento dos bens ou de metas aprovadas.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

8.1 A ata de registro de preços não será objeto de reajuste, repactuação, revisão, ou supressão ou acréscimo quantitativo ou qualitativo, sem prejuízo da incidência desses institutos aos contratos dela decorrente, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, salvo no caso de prorrogação;

8.2 O pedido de revisão dos preços poderá ocorrer a qualquer tempo;

8.3 O pedido, devidamente instruído com provas que evidenciem a necessidade da revisão de preço, deverá ser endereçado ao Fiscal do Contrato ou documento equivalente, com identificação do instrumento a que se refere;

8.4 Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso;

8.5 Na hipótese de a PROMITENTE FORNECEDORA solicitar alteração de preço(s), terá que requerer justificadamente, apresentando documento(s) que comprove(m) sua procedência, tais como: lista de preços de fabricantes, matérias-primas, transporte, nota fiscal de compras ou documentos similares referentes à data da apresentação da proposta e à data em que ocorreu o desequilíbrio econômico-financeiro do pactuado;

8.6 Somente será concedido o equilíbrio econômico-financeiro do preço registrado se configurada e comprovada a hipótese prevista no art. 124, II, "d", da Lei n. 14.133/2021;

8.7 Não será apreciado o pedido de revisão de preços que não vier acompanhado de provas do desequilíbrio sofrido.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. A inexecução contratual ensejará a extinção do instrumento contratual e/ou o cancelamento da ata de registro de preços, nos termos da Capítulo VIII, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MUNICÍPIO DE COTIPORÃ

A Joia da Serra Gaúcha!

9.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

9.1.2. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

9.1.3. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

9.2. O descumprimento, por parte da PROMITENTE FORNECEDORA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegura a Prefeitura Municipal de Cotiporã o direito de extinguir o instrumento contratual e de cancelar a ata de registro de preços a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial;

9.3. O cancelamento unilateral, com fundamento no inciso I do art. 138 e art. 139 da Lei n. 14.133/2021, sujeitará a PROMITENTE FORNECEDORA à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do item acerca do qual foi verificado o descumprimento por parte da a PROMITENTE FORNECEDORA, independentemente de outras penalidades;

9.4. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa;

9.5. No caso de desistência de fornecimento, ocorrerá o cancelamento da Ata de Registro de Preços, sujeitando-se a PROMITENTE FORNECEDORA às sanções administrativas pertinentes;

9.6. Caracterizada a inexecução e constatado o prejuízo ao interesse público, a Prefeitura de Cotiporã poderá aplicar à PROMITENTE FORNECEDORA outras sanções e até mesmo iniciar o processo de extinção do instrumento contratual e de cancelamento da ata de registro de preços;

9.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

9.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

9.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

9.7.3. não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

9.7.4. sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

9.7.4.1. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos III, IV e VI do caput será formalizado por despacho fundamentado;

9.8. O cancelamento do registro de preços também poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata:

9.8.1. por razão de interesse público devidamente comprovado e justificado;

9.8.2. a pedido do fornecedor;

9.8.3. descumprir as condições da ata de registro de preços;

9.8.4. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

9.8.5. não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,

9.8.6. Sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

9.8.6.1. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos III, IV e VI do caput será formalizado por despacho fundamentado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO

10.1. A COMPROMITENTE FORNECEDORA, em caso de rescisão administrativa, reconhece todos os direitos da Administração, previstos na lei vigente.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MUNICÍPIO DE COTIPORÁ

A Joia da Serra Gaúcha!

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA LEI REGRADORA

11.1. A presente contratação reger-se-á pela Lei Federal nº 14.113/2021, o edital do Pregão Presencial nº 011/2026 e seus anexos, juntamente com normas de direito público, resolverão os casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1. Esta Ata fica vinculada ao processo licitatório modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2026 e seus anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

13.1. Será designado como responsável administrativo pela fiscalização da ata de Registro de Preços **os secretários municipais Maritana do Carmo Giordani Titton, Bruna Lemos Tres e Sadi João Marin**, ao qual compete o acompanhamento da execução do objeto da presente contratação, informando ao superior as ocorrências que possam prejudicar o bom andamento do contrato e ainda:

13.1.1. Atestar, em documento hábil, o fornecimento e a entrega dos objetos e após conferência prévia do objeto contratado encaminhar os documentos pertinentes ao gestor para certificação;

Confrontar os preços e quantidades constantes da nota fiscal com os estabelecidos na Autorização de Fornecimento;

13.1.2. Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

13.1.3. Comunicar ao Superior eventuais atrasos nos prazos de entrega/e ou execução do objeto, lote, bem como as pedidos de prorrogação, se for o caso;

13.1.4. Acompanhar e controlar, quando for o caso, o estoque de materiais de reposição, destinado à execução do objeto contratado, relativamente à qualidade e quantidade necessárias e/ou previstas contratualmente;

Informar, em prazo hábil no caso de haver necessidade de acréscimos ou supressões no objeto do contrato ao gestor do contrato;

13.1.5. Emitir e controlar, periodicamente, as ordens de serviço necessárias para a execução do objeto contratado;

13.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa vencedora do certame, pelos danos causados a Administração ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos;

13.3. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da Administração, não elide nem diminui a responsabilidade da empresa quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, que não implicarão corresponsabilidade da Administração ou do servidor designado para a fiscalização;

13.4. À Administração não caberá qualquer ônus pela rejeição dos objetos considerados inadequados;

13.5. Ao preposto da promitente FORNECEDORA competirá, entre outras atribuições:

13.5.1. Representar os interesses desta perante a Administração;

13.5.2. Realizar os procedimentos administrativos junto a Administração;

13.5.3. Manter a Administração informada sobre o andamento e a qualidade dos bens fornecidos;

13.5.4. Comunicar eventuais irregularidades de caráter urgente, por escrito, ao fiscal do contrato com os esclarecimentos julgados necessários

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Veranópolis/RS, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas porventura emergentes da presente contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MUNICÍPIO DE COTIPORÃ

A Joia da Serra Gaúcha!

15.1. Estando assim certos e ajustados, as partes firmam o presente instrumento de forma eletrônica, mediante assinatura digital, nos termos da legislação vigente, o qual é considerado original para todos os efeitos legais, dispensada a emissão em vias físicas, sendo composto por 09 (nove) laudas, contando com a assinatura das partes contratantes, das testemunhas e com o visto da Assessoria Jurídica do Município, para que produza seus efeitos legais.

Cotiporã/RS, 23 de abril de 2026.

JOSÉ CARLOS BREDÁ
Prefeito De Cotiporã

SUPERMERCADO MF SCUSSEL LTDA
Compromitente Fornecedora

Visto:

Testemunhas:

**Assessoria Jurídica do
Município de Cotiporã**

Sadi João Marin
CPF/MF nº 023.201.750-67

Maritana C. G. Tilton
CPF/MF nº 643.766.800-87